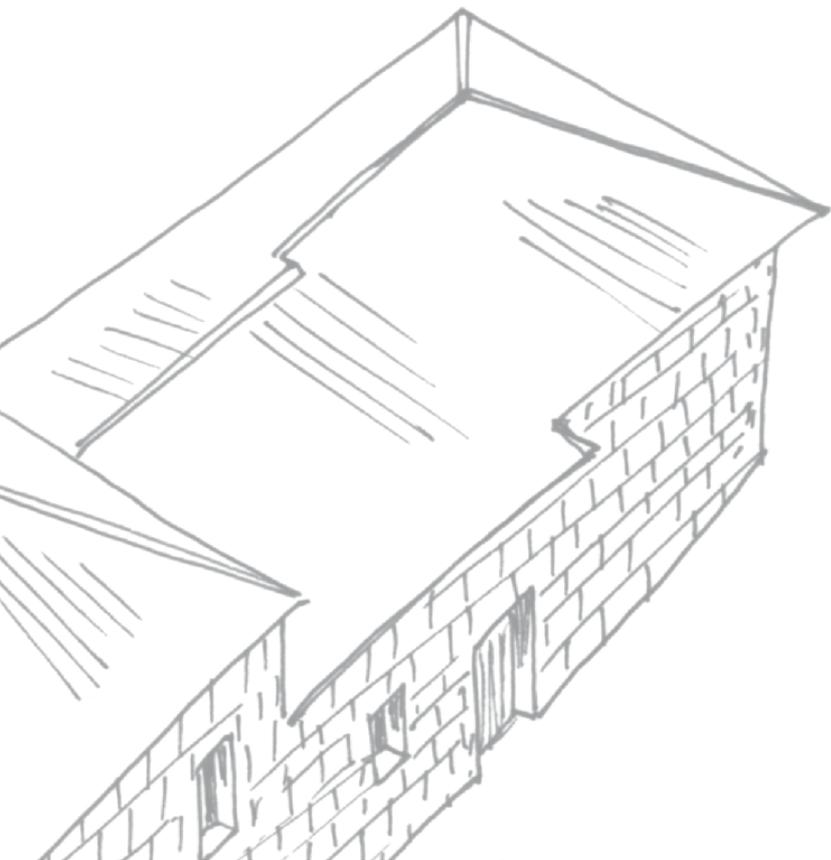




MOSTEIRO
DO SALVADOR
DE FREIXO
DE BAIXO
AMARANTE



MOSTEIRO
DO SALVADOR
DE FREIXO
DE BAIXO

AMARANTE



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Num ambiente rural, o Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo é envolvido por uma paisagem composta por videiras de enforcado, marcada por retalhos de cultivo e cortinas de arvoredo, integrando velhas casas de lavoura com paredes de granito encardido (Dionísio, 1994: 597). Embora profundamente alterado durante a Época Moderna e alvo de uma significativa intervenção de restauro centrada em torno da década de 1940, o conjunto monástico remanescente é, ainda hoje, extremamente significativo no quadro do românico do vale do Tâmega. Deve-se este facto à persistência dos alicerces da primitiva galilé e de vestígios do primitivo claustro que, a par de uma possante torre sineira, dão a este conjunto uma monumentalidade e uma legibilidade pouco comuns no panorama da arquitetura românica portuguesa.

O percurso histórico deste complexo monástico é, em parte, semelhante ao seu vizinho de Mancelos (Amarante). A sua fundação, anterior a 1120, enreda-se nos habituais patrocínios familiares, como assinala o autor da *Corografia portuguesa...* em 1706: “fundado pelos annos de 1110 por Dona Gotinha Godins, mulher de Dom egas Hermigis o Bravo, sogros de Dom Egas Gozendes, que viveo em tempo delrey Dom Afonso o Sexto” (Costa, 1706-1712: 148). Menos certeza demonstram os cronistas dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, nomeadamente o padre D. Nicolau de Santa Maria (?-1675), quando, para explicar a origem dos Mosteiros de Mancelos e Freixo de Baixo cita apenas a bula de Calisto II (p. 1119-1124) e acrescenta: “não temos mais notícias” (Santa Maria, 1668: 326).

Implantado num vale onde se dividiam os concelhos de Santa Cruz de Ribatâmega e de Basto e por onde, ainda no século XVIII, circulava uma grande parte do trânsito entre o Minho e Trás-os-Montes¹, Freixo de Baixo soçobrou ante o regime comendatário e as reformas quinhentistas, sendo anexado (juntamente com o seu curato de São Miguel de Freixo), em 1540, ao convento dominicano de Amarante².



Vista geral.

¹ O pároco Manuel Teixeira Barbosa refere, em 1758, que junto à freguesia “da parte do nascente pelo meio do monte vai hua estrada de que os povos se servem para varias partes deste Reino continuamente seguida” (Barbosa, 1758). Tratava-se da estrada que ligava Amarante à Lixa (Felgueiras).

² João de Barros (1919: 77), em 1549, diz que o “Mosteiro do Freixo” tinha “Conigos regrantes, mas poucos”, rendendo para o prior 200 mil réis. Esta indicação deve ter sido colhida nas vésperas da mudança do Mosteiro para a ordem dos pregadores, pois esta ocorreu entre 1540 e 1542, segundo doação régia e confirmação do papa Paulo III.

O MONUMENTO ENTRE ÉPOCAS

A Igreja, com capela-mor quadrangular, mais baixa e mais estreita que a nave única, define-se pelo escalonamento de volumes, aspeto tão comum à arquitetura da época românica, apesar da repetição, um pouco por todo o lado, de um mesmo módulo planimétrico (composto precisamente pela nave única e pela cabeceira quadrangular). Profundamente alterado durante a Época Moderna, devido a obras que lhe modificaram a nave e refizeram a capela-mor, do templo primitivo pouco mais nos resta do que a fachada ocidental e os alicerces da galilé fronteira que define um átrio quadrangular. No lado sul sobrevivem os vestígios daquilo que foi o claustro, tendo-se aí instalado uma torre sineira quadrangular. Vejamos agora, mais detalhadamente, cada um destes elementos.

A torre sineira, considerada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida com aspeto arcaizante (Almeida, 1978: 223), mostra, ao nível térreo, três vãos de acesso. Sobre o portal, simples e de volta perfeita, voltado ao átrio da primitiva galilé, vemos modilhões, um lacrimal e cicatrizes quadrangulares que atestam a existência de uma estrutura alpendrada. O mesmo acontece ao nível do portal que se abre para o lado sul da Igreja, ou seja, para o espaço onde em tempos existiu o claustro. Junto a este, do lado direito do observador, vemos dois silhares esculpidos que denunciam um reaproveitamento: com um desenvolvimento horizontal, um silhar que termina na parte inferior com um denticulado e, sobre este, uma mísula (?) reaproveitada, ornada com um motivo floral estilizado. Trata-se de uma torre maciça, imponente de proporções, formada por fiadas de silhares de granito, todas à mesma altura. No nível superior, em todos os lados da torre, rasga-se um par de arcos de volta perfeita que, animando as fachadas, não só abrigam os sinos, como também assumem funções associadas à iluminação e arejamento do espaço interno. No prolongamento das impostas destes arcos desenvolve-se um friso em toda a volta da torre.

260



Vista aérea.



Igreja. Fachada ocidental e torre sineira.



Torre sineira. Fachada este.
Silhar esculpido.



Torre sineira. Fachada este.
Silhar esculpido.

Da primitiva galilé apenas restam os alicerces do lado sul, embora a sua memória ainda hoje permaneça no desenho do pequeno muro que delimita o atual adro da Igreja. É, pois, a fachada ocidental o elemento mais bem conservado do primitivo templo românico. Rematada em empena angular, coroada por pequena e simples cruz terminal em granito, esta fachada, além de ser reforçada por dois cunhais, é animada por um potente portal românico, encimado por uma estreita fresta. Forma-se o portal por três arquivoltas, que são praticamente de volta perfeita (nota-se uma quebra muito tímida, quase impercetível), de arestas levemente chanfradas e animadas por toros diédricos. Foi Manuel Monteiro quem primeiro chamou a nossa atenção para a especificidade dos toros diédricos, cujo “arranjo é familiar no Limousin, escola do Sul e Este do Loire” (Monteiro, 1908: 50). Segundo este autor, para cá dos Pirenéus, foi na sé do Porto que entre nós melhor se manifestou esta forma expressiva tipicamente românica (Monteiro, 1954: 16). Este motivo encontrou um bom acolhimento por parte dos fazedores do românico nos vales do Sousa e do Tâmega: Travanca (Amarante), Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) ou Cabeça Santa (Penafiel) servem como exemplos. Ao modo de arco envolvente, um friso formado por círculos encadeados repete o mesmo motivo esculpido nas impostas. Trata-se do motivo n.º 3 que Joaquim de Vasconcelos descreve como “círculos secantes em movimento duplo, centrada; fita”, no inventário de motivos decorativos românicos que propôs em 1918. Este mesmo motivo repete-se ao nível das impostas, em ambos os lados do portal, casando-se com outros temas: o n.º 15 (“hera estylisada; movimento ondeado com



Igreja. Fachada ocidental. Portal.

presilhas”), o n.º 16 (“hera estylisada, movimento ondeado, dous a dous, sobre uma corda”) e o n.º 23 (“myosotis quadrifólio, alto relevo, pousado sobre a pedra”) (Vasconcelos e Abreu, 1918: 68-72). Embora denunciem o desgaste provocado pela exposição às condições atmosféricas, os capitéis são finamente esculpidos, ostentando animais afrontados que emergem do relevo, motivos fitomórficos e vegetalistas presos ao cesto, assim como encanastrados que lembram São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e Paço de Sousa (Penafiel) (Santos e Novais, 1955: 92).

Ao nível dos alçados laterais impera a simplicidade. No lado norte, apenas um contraforte, que só chega a meia altura do alçado, criando um corte vertical a meio da fachada. Sem lacrimal nem cachorrada, rasgam-se apenas duas estreitas frestas para iluminação do interior. Também a capela-mor apresenta, neste lado, um alçado completamente destituído de qualquer elemento que a possa animar, detetando-se algumas cicatrizes ao nível dos paramentos, fruto da intervenção de que foi alvo durante o restauro do século XX, como veremos. Na fachada posterior, além do escalonamento dos volumes a que já nos referimos, sobressaem as cruzes terminais das empenas da nave e da capela-mor, assim como a janela quadrangular que ilumina o interior da sacristia, a que se acede por portal voltado a sul. Neste mesmo lado, na nave, vemos o vestígio daquilo que em tempos foi um lacrimal de sustentação de uma estrutura alpendrada, junto do cunhal da fachada ocidental, colocado à mesma altura do lacrimal da torre. Um simples portal formado por arco de volta perfeita permite a entrada ao interior da nave, a que se acede a partir de um conjunto de quatro degraus. Duas frestas estreitas, idênticas às do lado norte, iluminam a mesma, enquanto na capela-mor se rasga um grande janelão retangular.



Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira). Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitéis. Pormenor dos motivos encanastrados.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitel. Pormenor dos motivos encanastrados.





Igreja. Fachada sul.

É neste alçado sul, num silhar embutido na parede da nave, na terceira fiada acima da sapata, à direita do portal lateral, que encontramos uma inscrição gravada onde se lê (Barroca, 2000: 1869-1870):

264

AQ(u)I | IAZ | O PRIOR |
 | DOM | AFONSO |
 Q(u)E | SE [passou?] NA
 Era | M | CCCC | X | V | II



Igreja. Fachada sul. Nave. Inscrição funerária do prior D. Afonso.



Igreja. Fachada norte. Capela-mor.
Pormenor das cicatrizes.

Trata-se da inscrição funerária do prior D. Afonso, datada de 1379 (Era 1417), que, apesar do seu mau estado de conservação, ainda consegue ser lida. Este silhar encontra-se na área onde existiria o claustro deste Mosteiro durante a Idade Média, pelo que o prior teria sido aí enterrado, como recomendável. Segundo Mário Barroca, é letreiro modesto, que foi gravado com o silhar na posição atual.

Em 1726 conservava-se ainda o claustro desta Igreja que, segundo nos informa Francisco Craesbeeck (1992: 359), tinha “da banda do Sul, cem palmos em quadra e quatorze em largo, no passeio; e da banda do nascente, cinco arcos muito antigos; e do sul casas de residência; e junto à igreja, huma torre de 50 palmos de alto e 24 em quadra; e ao pé, hum arco com huma sepultura dentro d'elle”. Deste último não temos hoje notícias.

Interiormente, estamos diante de um edifício onde impera a sobriedade. Nos paramentos, lisos e despojados, sobressai o granito em toda a sua pujança. A pia batismal encontra-se à entrada da Igreja, no lado do Evangelho: em granito, lisa, é de feição românica. Tem guarda de madeira. O arco triunfal de volta perfeita mostra uma linguagem classicizante ao nível das impostas, denunciando uma intervenção posterior à época românica. Na nave e na capela-mor, tanto a cobertura, como o pavimento são em madeira. Tem particular interesse a pintura a fresco existente na parede do lado da Epístola, ao lado do púlpito da nave, destacada da parede confrontante para um suporte móvel durante o restauro realizado na década de 1950 pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)³.

265



Vista geral do interior a partir da nave.

³ Este fragmento aparece descrito no inventário da diocese do Porto como painel devocional da *Adoração dos Reis Magos* (Costa, 2008), com a cota PM60.0072.



Tanto Luís Urbano Afonso (2009: 346-350) como Paula Bessa (2008: 180-183) abordaram esta cena da *Epifania*, pelo que seguiremos as suas propostas. Numa composição de formato retangular vemos, à esquerda do observador, a Virgem sentada com o Menino ao colo, atrás da qual se encontra São José, seguido por uma vaca e um burro. Do lado oposto, Melchior, o rei Mago mais idoso, está ajoelhado em adoração ao Menino, enquanto os seus dois companheiros, Gaspar e Baltasar, se encontram em pé, aguardando a sua vez de prestar homenagem ao Rei dos Reis. Como se pode apreciar, os Magos estão representados de acordo com a diferenciação etária (as três idades da vida: juventude, idade madura e velhice) e os três continentes conhecidos na Idade Média (Europa, Ásia e África) (Bessa, 2008: 181). Sobre esta cena desenha-se uma abóbada celeste, onde se destaca a presença da estrela que guiou os Magos até Belém (Afonso, 2009: 347), podendo-se adivinhar uma figuração do arco-íris, símbolo da aliança entre Deus, os Homens e todas as criaturas vivas sobre a Terra (Gn 9, 13-17) (Bessa, 2008: 181). A composição está rodeada por um emolduramento formado por linhas de cor vermelha e negra, do qual se conserva apenas um fragmento (Afonso, 2009: 347). Em termos de fundos existe apenas uma diferenciação entre o tom avermelhado do solo e o tom esbranquiçado do céu. No que toca ao desenho e à modelação dos rostos, particularmente o da Virgem e o do rei de pé, foram alvo de um cuidado maior do que os dos corpos ou do que quaisquer outros motivos (Bessa, 2008: 182).

Refira-se que o processo de destacamento implicou a destruição de algumas zonas desta pintura, obrigando os restauradores a fazerem alguns repintes mais ou menos grosseiros, como sucede de forma mais gravosa nos rostos de São José e de Melchior, ou ainda no caso da cabeça do bovino (Afonso, 2009: 347).

Mais, as fotografias anteriores ao destacamento mostram que a pintura se prolongava a partir do canto inferior esquerdo, identificando-se um motivo decorativo que não foi considerado suficientemente importante para ser destacado juntamente com o resto do fresco (Afonso, 2009: 348). Este motivo decorativo, desenhado à mão livre, consiste na repetição de um quadrifólio de duplo contorno, seguido por um ponteadado aleatório a preencher o espaço vazio entre os vários quadrifólios existentes. É com base neste motivo que se tem atribuído esta pintura à oficina liderada pelo “Mestre de 1510” e que foi também a responsável pela camada sotoposta da nave da Igreja de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) ou da camada sobreposta existente na nave, do lado do direito, da Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses) (Afonso, 2009: 348). Além deste elemento decorativo, esta filiação é reforçada pela existência de outros elementos formais idênticos, entre os quais se destaca, pela sua importância, a forma como os rostos são desenhados e modelados.

O denominativo de “Mestre de 1510” foi adotado por Luís Urbano Afonso (2009: 231) por conveniência reconhecida através de um conjunto de exemplares datados de 1510⁴, de acordo com os padrões decorativos utilizados e as características formais, entre os quais se incluem, além dos exemplos acima referidos, São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), São Cristóvão



Igreja. Nave. Parede norte. Pintura mural. *Epifania*. Fonte: arquivo IHRU.

⁴ Identificada a partir das primeiras campanhas de pintura mural da capela-mor e da nave/arco triunfal da igreja de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), segundo proposta de Joaquim Inácio Caetano (2001: 26-35), as únicas obras datadas são as de Bravães (1501 ou 1510) e as dos santos beneditinos de Pombeiro (Felgueiras).

de Lordelo (Felgueiras) e do qual só subsistem registos fotográficos, São Martinho de Penacova (Felgueiras) e Santa Marinha de Vila Marim (Vila Real) (Rosas, 2008: 364).

Diferente é a interpretação de Paula Bessa. Segundo esta autora estamos diante de duas camadas de pinturas sobrepostas, antepondo-se a *Epifania* a uma mais antiga, ao nível do rodapé (Bessa, 2008: 180). Esta última, com o padrão de quadrifólios semelhante ao de Bravães, foi certamente realizada em inícios do século XVI (Bessa, 2008: 181), pelo que esta autora acredita que a *Epifania* datará à roda dos anos trinta de quinhentos (Bessa, 2008: 182).

Além do arco triunfal, acima referido, transformado seguramente durante a Época Moderna, resistem nesta Igreja apenas alguns componentes do mobiliário litúrgico original, característicos de uma prédica e de uma estética pós-tridentinas: o púlpito e o retábulo-mor.

Ao longo do século XVIII e segundo os capítulos de visitas existentes no fundo de Visitas e Devassas do Arquivo Distrital de Braga, foram várias as intervenções efetuadas em Freixo de Baixo a pedido dos eclesiásticos bracarense. Estando a fábrica do edifício a cargo dos religiosos do convento de São Gonçalo de Amarante, eram a estes dirigidos o maior número de admoestações e recomendações sobre o estado e conservação do património eclesial. Mas aos fregueses competia o provimento de algumas obras, como veremos.

Em 1798, o visitador relembra a obrigação de um novo retábulo, deixada nos capítulos anteriores, pois a capela-mor achava-se com “hum retábulo muito antigo, e sem proporção à grandeza da mesma”⁵. Este retábulo poderia tratar-se do mesmo que refere o pároco Manuel Teixeira Barbosa, na sua memória de 1758, dizendo que a Igreja de Freixo de Baixo tinha três altares (a designação é do documento) “hum na capella maior com a imagem do dito Salvador, padroeiro e mais hum colateral, da parte do evangelho no corpo da igreja com a imagem de Nossa Senhora do Rozario e da parte da Epistola tem outro altar com a imagem de Santo Antonio e o Menino Deos” (Barbosa, 1758).

No ano seguinte, novamente foram chamados à atenção os padroeiros “que tiveram em pouca consideração os Capitulos da Vezita passada, pois apenas mandarão encarnar a Imagem do Santissimo Padroeiro desta Igreja, e promtificarão umas tocheiras, deixando o mais em esquecimento”. Os fregueses, a quem competia zelar pela conservação do corpo da Igreja, não foram esquecidos neste capítulo, sendo intimados, na pessoa do juiz da Igreja, para mandarem igualar e concertar o pavimento da nave cujas pedras se encontravam “deziguais e tiradas do lugar”⁶.

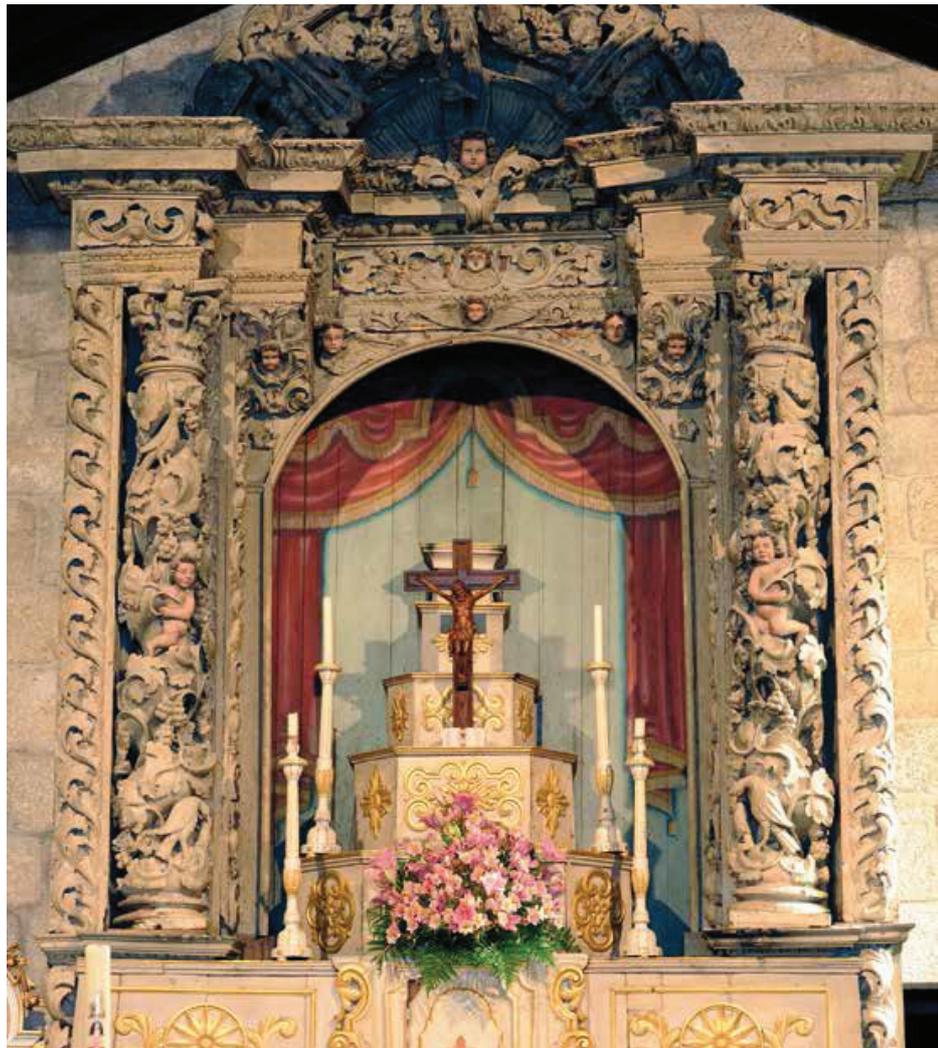
Esta Igreja foi, durante o século XX, expurgada de grande parte do património móvel e integrado, de que resta apenas parte do retábulo maior em talha, de estilo barroco nacional (comutado pela substituição recente do trono, predela e frontal), e algumas esculturas.

Em 1758 expunham-se à devoção as imagens do padroeiro, o Salvador, da Virgem do Rosário, de Santo António e do Menino Deus. Em 1924, na sequência do arrolamento dos bens culturais determinados pela República Portuguesa, eram já seis as esculturas que integravam o acervo patrimonial da Igreja de Freixo de Baixo, uma do Salvador, outra de São Sebastião, outra do Sagrado Coração de Jesus e três representando a Virgem com os seus títulos respetivos: das

5 ADB – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 117, fl. 21 v.º. Não obstante a qualificação de grandeza, a Igreja não tinha sacrário em 1726, como informa Francisco Craesbeeck (1992: 359).

6 ADB – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 118, fl. 14 v.º.

Dores, do Alívio e do Rosário⁷. Este inventário não refere as imagens de Santo António e do Menino Jesus, embora quanto à primeira é possível que tenha sido recentemente substituída por uma escultura de pequenas dimensões (a. 43 cm) que se expõe numa das mísulas da parede norte da nave⁸.



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.

⁷ PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Freixo de Baixo. Livro 67, fl. 67 (ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/016).

⁸ Foi datada do século XIX e trata-se de uma peça de expressão vernacular (Azevedo, 1996: 75). Peça inventariada pela diocese do Porto com a cota PM60.0004 (Costa, 2008).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“A Igreja desta freguesia acha-se em bom estado”. É com estas palavras que o pároco, conforme escreve, de “S. Salvador de Freixo de Baixo” se dirige ao Diretor das Obras Públicas do Porto, a 14 de outubro de 1864⁹. O facto de se considerar em meados do século XIX que a Igreja não necessita de obras de maior, ao contrário de outros edifícios sujeitos ao inquérito então enviado às freguesias do bispado do Porto, pode explicar porque é que só nas primeiras décadas do século XX voltamos a ter notícias institucionais sobre a Igreja do Mosteiro de Freixo de Baixo, já considerada por Francisco Craesbeeck “templo (...) antigo” (Craesbeeck, 1992: 359).

Aludimos já ao carácter despojado da Igreja, principalmente ao nível do seu interior. Mas também vimos como, pelo contrário, o interior da Igreja se encontrava bem recheado no século XVIII. Como veremos de imediato, tal decorre da intervenção realizada neste edifício entre 1941 e 1958, sob a responsabilidade da já extinta DGEMN, dentro do modelo integracionista comumente praticado, conforme denuncia a documentação publicada no *Boletim* da DGEMN n.º 92 (1958).

Recorde-se, primeiramente, que foi em 1935 que Freixo de Baixo foi classificado como Monumento Nacional¹⁰. Em maio de 1933 já decorriam as necessárias diligências com vista à sua classificação, “a bem do património artístico da nação”¹¹.

No ano seguinte, o estado de conservação do monumento era considerado como “mau” pelos serviços especializados, pelo que se julga que a curto prazo teria de ser “suspenso o culto”¹². Já chovia no altar-mor e no sacrário¹³. Necessitava, pois, a Igreja de urgentes reparações¹⁴. Mas, ao que pudemos apurar, foi só na década de 1940 que se procedeu a uma profunda intervenção de restauro, particularmente notório.

O próprio autor da notícia do *Boletim* da DGEMN relativa à descrição das principais obras realizadas assume que “bastante profundas tiveram de ser as obras de restauro”¹⁵. Além da preparação do terreno onde assenta o templo, que incluiu a realização de terraplanagens e de trabalhos de drenagem, “atacou-se propriamente a reparação do edifício”. Dentre os trabalhos enunciados destaques os seguintes:

9 Missiva de 14 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMN, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

10 DECRETO n.º 25513. *D.G. I Série*. 138 (35-06-18) 884.

11 [Cópia de missiva enviada pelo Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ao Sr. Secretário do Conselho Superior de Belas Artes], 4 de maio de 1933. [SIPA.TXT.00898958] PT DGEMN:DSID-001/026-0068 [Em linha]. Disponível em [www. <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011301130007].

12 Ordem de Serviço n.º 1376 de 9 de março de 1936 [SIPA.TXT.00623776] PT DGEMN:DSID-001/013-1821 [Em linha]. Disponível em [www. <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011301130007].

13 Missiva do Governo Civil do Porto, Ordem de Serviço n.º 155-A de 6 de março de 1936 [SIPA.TXT.00898964] PT DGEMN:DSID-001/026-0068. Idem. Um abaixo-assinado feito ainda em 1940 pelos fregueses de Freixo de Baixo, dirigido ao Eng.º Duarte Pacheco, alude mesmo ao facto de que “chove no templo como na rua, apodrecem as madeiras dos altares, do pavimento e dos telhados e Deus, no sacrário, está exposto ao rigor das intempéries”. [SIPA.TXT.00899011 e SIPA.TXT.00899012]. Idem.

14 Ordem de Serviço n.º 227 de 10 de março de 1936 [SIPA.TXT.00623777] PT DGEMN:DSID-001/013-1821. Idem.

15 [S.a] – Igreja de Freixo de Baixo. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 92 (jun. 1958) 32-33.



Obras de apeamento e reconstrução da empena do arco triunfal e de parte da parede norte. Fonte: arquivo IHRU.

“III – Apeamento e reconstrução da empena do arco triunfal e de parte da fachada norte” (o que justifica a diferente coloração do granito criando uma cicatriz).

“IV – Elevação das paredes da torre sineira, segundo os restos encontrados no paramento sul e restauro das sineiras”.

“VI – Demolição da velha sacristia e sua reconstrução”.

“VII – Picagem de rebocos (...)”.

“VIII – Demolição do coro”.

“IX – Idem dos barracões que estavam encostados à Torre”.

“X – Reconstrução das armações dos telhados da igreja e torre, e sua cobertura com telha nacional dupla”.

“XI – Lajeamento com cantaria de granito do pavimento da igreja, adro e rés-do-chão da torre”.

“XVII – Arranjo do púlpito e do altar-mor, incluindo a substituição dos elementos em mau estado”.

“XVIII – Colocação de vitrais armados em chumbo sobre aros de latão”.

“XIX – Reparações de grades de ferro”.

Como se pode depreender do acima exposto, a intervenção realizada nas décadas de 40 e 50 do século XX, em Freixo de Baixo, foi bastante profunda e transformadora da legibilidade do edifício, nomeadamente através da remoção do reboco interior ou do apeamento do coro alto. As opções então tomadas não só alteraram a própria imagem da Igreja, como também tiveram consequências evidentes ao nível da sua vivência¹⁶. Além disso, a prática inerente a esta intervenção decorre daquilo que vinha sendo praticado já, desde 1929, nas igrejas românicas restauradas por então, sob a égide do Estado Novo (1926-1974) e que, de uma maneira geral, procurava restituir-lhes, ou melhor, acentuar-lhes o seu estado primitivo, ou seja, o seu carácter de monumento de origem medieval.

271



Igreja. Obras de remoção do reboco interior. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Obras de apeamento do coro alto. Fonte: arquivo IHRU.

¹⁶ Sobre o assunto veja-se Botelho (2012: 10-14).

Todavia, cremos que as opções tomadas ao nível da Igreja se coadunam mais com uma prática de restauro instalada, do que propriamente a um sentimento reintegracionista. Uma memória datada de 22 de junho de 1936 procura aferir quais as obras de conservação e de restauro necessárias a realizar na Igreja e na torre de Freixo de Baixo¹⁷. Considerou-se, então, que a Igreja não dispunha de “qualquer elemento que a recomende à admiração dos que se interessam pelo valor artístico dos Monumentos”. Dada a “autêntica lamúria” a que foi sujeita ao longo dos tempos, afirma-se que nesta Igreja “não é possível mesmo fazer reintegração pura quando a maior parte dos elementos minguem e, o que existe, é lástima”.

Para a torre, servindo nos inícios da década de 1930 como “curral de gado”¹⁸, propôs-se então uma urgente reparação do seu coroamento, conforme elucidam as alíneas IX e X do inventário do *Boletim*, atrás citado, com vista à sua “reintegração na sua feição primitiva como se faz mister”¹⁹.

Quatro anos mais tarde, sendo que os trabalhos ainda não tinham sido iniciados, diversos signatários apelaram ao então ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, para que incluísse no orçamento do ano de 1941 a verba necessária à realização das obras de restauro de que necessitava o conjunto monástico de raiz medieval da freguesia de Freixo de Baixo²⁰. Neste contexto, não deixa de ser digno de registo o elogio que a população da freguesia fez, em 1940, à ação que por então se vinha fazendo em prol dos monumentos nacionais²¹:

“A obra do Governo que, mercê de Deus, vem presidindo, desde o 28 de Maio, aos destinos do Paiz tem sido grande em tudo, e deveras notável no que, particularmente diz respeito à conservação e restauro do magnífico património artístico, arquitectónico e histórico de Portugal.

Centenas de monumentos foram já carinhosamente restaurados e protegidos pela acção patriótica do Ministério de cuja pasta Vossa Excelência é o muito ilustre a actual detentor. Nêste mesmo concelho o grandioso mosteiro de Travanca é um exemplo flagrante da benéfica e criteriosa acção governamental”.

Como se vê, em 1941 foram iniciadas, de facto, as obras que, dezassete anos mais tarde, o *Boletim* n.º 92 da DGEMN memora.

17 Memória de 22 de junho de 1936 [SIPA.TXT.00898984 e SIPA.TXT.00898985] PT DGEMN:DSID-001/026-0068, Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007].

18 Ao que pudemos apurar, tal situação continuava em 1942. Um ofício enviado da Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública inclui uma cópia de uma carta do então pároco onde se denuncia “vil tristeza” por ainda continuar ativa a corte de bois do lado sul da torre. Desaparecera já a do lado poente. Acrescenta o pároco: “Dizem-me que o Snr. Engenheiro (ainda não consegui estar com êle) afirma que assim ficará muito bem. Respeito a sua opinião, mas por certo êle não está convencido de que fazendo assim serve o património Nacional. Convém ao dono da corte, mas a arte e o património ficam chorando: a primeira com o desprezo imerecido, o segundo com o dinheiro mal aplicado” [sublinhado na fonte]. (Cópia, Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, 8 de julho de 1942 [SIPA.TXT.00899049 e SIPA.TXT.00899050] PT DGEMN:DSID-001/026-0068 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007]).

19 Memória de 22 de junho de 1936, Idem.

20 [Abaixo assinado], [outubro de 1940] [SIPA.TXT.00899009 a SIPA.TXT.00899012] PT DGEMN:DSID-001/026-0068. Idem.

21 Idem.



Igreja. Obras de reparação do coroamento da torre. Fonte: arquivo IHRU.

Em 1971, foi criada uma Zona Especial de Proteção, através do Diário de Governo n.º 65 (2.ª Série), de 18 de março de 1971, no sentido de ampliar a já existente desde 1935. Ainda no âmbito da intervenção centrada na década de 50, foi rebaixado o caminho que, do lado norte, permitia o acesso à Igreja. Tal opção deveu-se ao facto de este “caminho [que] se encontrava junto da Igreja com um nível bastante superior ao pavimento interior, o que provocava, como é natural, grande infiltração das águas pluviais, com todos os inconvenientes”²².

Recorde-se, por fim, que foi no âmbito desta intervenção que foi destacada a pintura a fresco alusiva à cena da *Epifania* e que se encontrava colocada “aproximadamente no mesmo sítio de onde foi arrancada”²³. No entanto, no ano de 1965 há já notícias que nos informam que “parte da película cromática se encontra solta tendo até já caído um pequeno fragmento”²⁴. Cinco anos mais tarde foi deliberada a sua remoção temporária para o Instituto José de Figueiredo, para ser sujeita a uma intervenção de conservação²⁵.

Em 2010, Freixo de Baixo passa a integrar a Rota do Românico. É, pois, neste contexto que foram previstos diversos trabalhos de “tratamento do imóvel e envolvente e do espaço do adro” (Costa, 2012). [MLB / NR]

Está ainda previsto um projeto de conservação e restauro da pintura mural *Adoração dos Reis Magos* (DRCN, 2014a), bem como do património integrado – talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesiástico (DRCN, 2014b) – desta Igreja. [RR]

273

22 Memória, 30 junho 1950. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMND/DM – DGEMN:DREMND-2491.

23 Ofício n.º 907 de 27 de agosto de 1965. Idem

24 Idem.

25 Ofício n.º 1007 de 15 de setembro de 1970. Idem.

CRONOLOGIA

- Antes de 1120: fundação do Mosteiro de Freixo de Baixo;
- 1379: data inscrita na epígrafe funerária do prior D. Afonso;
- 1540: o Mosteiro de Freixo de Baixo é anexado ao convento de São Gonçalo de Amarante;
- 1758: existiam três altares na Igreja de Freixo de Baixo, o altar-mor e dois colaterais;
- 1864: o Mosteiro de Freixo de Baixo encontrava-se em bom estado de conservação;
- 1935: a Igreja de Freixo de Baixo é classificada como Monumento Nacional;
- 1941: início das obras de restauro;
- 1958: é editado o *Boletim* n.º 92 da DGEMN relativo à intervenção de Freixo de Baixo;
- 1971: define-se uma Zona Especial de Proteção da Igreja de Freixo de Baixo;
- 2010: o Mosteiro de Freixo de Baixo passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador: pormenor de pintura mural representando “A adoração dos Reis Magos”* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053183.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.0053182.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053198.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053200.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Vista parcial: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053198.

_____ – Igreja de Freixo de Baixo. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 92 (jun. 1958).

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB) – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 117, fl. 21 v.º; livro 118, fl. 14 v.º.

AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. – *Roteiro do culto antoniano na diocese do Porto*. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.

BARBOSA, Manuel Teixeira – [Memória Paroquial de] Freixo de Baixo [Manuscrito]. 1758. Folio n.º 117-1126. Acessível em ANTT, Lisboa. Memória n.º 185.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BESSA, Paula – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

BOTELHO, Maria Leonor – Laicismo no restauro do património religioso da época românica. *Invenire*. N.º 4 (2012) 10-14.

CAETANO, Joaquim Inácio – *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Aparição e Autor, 2001.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Jorge – *Igreja de Freixo de Baixo. Freixo de Baixo, Amarante*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Adoração dos Reis Magos* PM60.0072 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

_____ – *St.º António* PM60.0004 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 25513. D.G. I Série. 138 (35-06-18) 884.

DIONÍSIO, Sant'Anna – *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho: I – Douro Litoral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MONTEIRO, Manuel – *Igrejas medievais do Porto: obra póstuma*. [S.l.]: Marques de Abreu, 1954.

_____ – *S. Pedro de Rates: com uma introdução à cerca da architectura românica em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional, 1908.

PORTARIA. D.G. Série II. 65 (1971-03-18).

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*, N.º IPA PT011301130007 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Freixo de Baixo. Livro 67, fl. 67 (ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/016).

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direção Regional de Cultura do Norte – *Caderno de encargos n.º 20 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro da pintura mural da igreja do mosteiro do Divino Salvador de Freixo de Baixo, concelho de Amarante, distrito do Porto*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014a. Texto policopiado.

_____ – *Caderno de encargos n.º 22 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro do património integrado (talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesiástico): igreja do mosteiro do Divino Salvador / Freixo de Baixo*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014b. Texto policopiado.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Igreja de São Mamede de Vila Verde: 1. A Igreja na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: na Officina de loam da Costa, 1668.

SANTOS, Reinaldo dos; NOVAIS, Mário, fotografias de – *O românico em Portugal*. Lisboa: Editorial Sul, 1955.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.